

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XII - Nº 203 - 2ª QUINZENA DE NOVEMBRO DE 2000 - R\$ 1,00

A greve no Banespa e o receio dos patrões indica que existe uma forte tendência de luta. Cabe unificar já todas as campanhas salariais numa
GREVE UNIFICADA!

Para isso: Assembléias unitárias, comando de greve eleito nelas, pauta unificada e negociação conjunta. A unidade da burocracia só freia! A unidade pela base é que vence a luta!

2º turno das municipais:

O PT cresce com uma política burguesa e em aliança com os partidos patronais

O povo palestino combate o enclave do imperialismo ianque no Oriente Médio. Todo apoio à luta do povo árabe contra a opressão imperialista!

**Pelo fim do Estado de Israel, enclave americano!
Revolução Proletária e Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!**

Congresso do POR boliviano fortalece o partido para atuar na situação revolucionária

Quinzena das Lutas Operárias

A Greve do Banespa

Em 30 de Outubro, a Assembléia dos funcionários do Banespa aprovou a greve por tempo indeterminado contra a privatização do banco estatal.

Desde o início do movimento, este se mostrou muito radicalizado com mais de 80% de adesão.

Esta é uma luta importante contra a privatização da estatal, mas, a poucos dias do leilão de privatização, a luta isolada dos banespianos não terá a força necessária. É necessário que os bancários em conjunto entrem em greve geral em defesa do Banespa e esta bandeira deve ser uma das principais da Campanha salarial, que deve ser abraçada pelos metalúrgicos em campanha. Greve unificada já para impor as reivindicações!

A Burocracia Continua a Manobrar com a Campanha Salarial

Confirmando nossa matéria no Massas n.º 201, podemos ver como a tão propalada campanha salarial unificada CUT/Força Sindical não passa de uma forma de pressão da burocracia para obter migalhas e evitar a luta.

O ato do dia 31, em frente a FIESP, foi nesse sentido. Não foi convocado amplamente nas categorias em luta. O que deveria ocorrer era que um ato desta magnitude representasse uma ampla mobilização nas categorias, com assembléias gerais e uma assembléia unificada que tiraria um dia de paralisação para realizar o ato.

Ao invés disto, o que a burocracia fez foi parar algumas empresas mais mobilizadas para irem até a Paulista. E esta é a tônica da Greve Geral "real" do dia 7 de Novembro.

A campanha dos Bancários

Quanto à campanha dos bancários,

iniciou com uma certa radicalidade na base.

No dia 24 de outubro, três mil bancários cruzaram os braços principalmente na matriz e em várias agências do Banco Mercantil Finasa. Já no dia 26, haviam 109 agências de vários bancos paradas em todo estado de São Paulo, além de protestos em Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Florianópolis. Além disto, os funcionários do Banespa já estavam se preparando para a luta contra a privatização.

A campanha dos Metalúrgicos

Com relação aos metalúrgicos, não há diferença importante entre a direção da CUT e da Força Sindical, ambas Centrais estão fazendo manobras para evitar uma mobilização unitária. Com vários problemas importantes como: o fechamento da Ford Ipiranga da Case de Sorocaba, a redução da produção da GM de São Caetano, Mogi e São José, e o fechamento de várias autopeças, como foi o caso da Liebau de Diadema, a não renovação dos contratos temporários na Mercedes em São Bernardo. No entanto, as direções não estão interessadas em unificar as lutas nem na categoria, não chamam assembléias conjuntas, nem preparam comitês de mobilização. Preferem fazer suas marchas televisivas, que incutem nos trabalhadores a idéia de que os superdirigentes podem resolver todos os problemas por eles, de que a pura negociação com o governo de mãos limpas é o melhor caminho.

A campanha dos Químicos

Nesta categoria também vemos a disponibilidade de ânimo para a luta, como no dia 26, a paralisação

dos funcionários do laboratório EMS de São Bernardo, mas pelas palavras do Diretor Edilson de Paula Oliveira, da Confederação Nacional dos Químicos da CUT, de que "É aceitável levar para a Assembléia" a proposta patronal de 7,5% de reajuste, enquanto o sindicato pedia os 20,4% de perdas com o plano Real, mostra qual será a tônica desta campanha.

A conclusão

As direções das categorias em luta apresentaram propostas rebaixadas para as patronais, mesmo assim estas acenaram com a miséria de 5% de reajuste. Agora chega-se a um acordo em torno de 7%. O certo é que sem um duro combate unitário das categorias em luta não será possível elevar este índice. As direções burocratizadas não irão levar esta luta para frente, apenas onde a pressão for muito grande farão uma greve pipoca "real". Aqui está estampado com todas as letras a falta que faz nas categorias e na Central a construção de uma Corrente Proletária Sindical, de uma fração revolucionária que impulse a luta e as mobilizações.

Companheiros que Caíram na Luta

Realizou-se no dia 30 de outubro na porta da Sylvania, em Santo Amaro, homenagem aos 21 anos da morte de Santo Dias, um da vanguarda da Oposição Metalúrgica de São Paulo, morto em um piquete

Logo após o primeiro turno das eleições, Gildo, diretor do Sindicato dos Servidores do Distrito Federal, foi assassinado pela polícia civil do governo Joaquim Roriz, isto enquanto os servidores da Novacap estavam em processo de luta.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Eleições municipais:

Segundo turno reforça crescimento do PT, sob política de oposição burguesa e em aliança com os partidos patronais

Os resultados do segundo turno, que aconteceu na maioria das grandes cidades do país, registraram um avanço ainda maior do PT, que tinha aumentado o número de prefeituras sob seu controle em 50% já no primeiro turno, e 78% agora (de 105 para 187). Das 18 cidades que disputou, ganhou em 13.

Avanço para onde?

O avanço do PT se deu sobre a base de um programa de oposição burguesa, do apoio de setores do poder econômico e das alianças com os partidos patronais, de modo muito mais intenso neste segundo turno. Apenas uma parte dos eleitores dos prefeitos do PT votou contra o governo FHC e seus aliados. As alianças com os partidos patronais trouxeram para as urnas uma grande quantidade de votos que no primeiro turno foram dados aos partidos do governo, ou ao próprio PSDB de FHC. Os casos de São Paulo e Recife foram os mais sintomáticos. FHC e Covas votaram e chamaram a votar em Marta Suplicy, e em Recife o candidato do PT chamou uma frente com os partidos patronais que organizará conjuntamente a prefeitura. Dessa forma, os programas de governo foram condicionados e serão praticados conjuntamente com os governadores e partidos governistas. O

exemplo de Marta em São Paulo é claro: salários dos servidores? Serão discutidos depois de cumpridos os compromissos com os credores e as empreiteiras; verbas para os projetos sociais? Serão conseguidas através das "parcerias" com a iniciativa privada e o governo de Mario Covas (PSDB). E assim por diante.

Quem votou contra o governo?

As esquerdas que vêm no avanço do PT uma manifestação de oposição ao governo FHC estão buscando é um pretexto para seguirem a reboque do reformismo. Em primeiro lugar, as eleições são o campo próprio de disputa das frações burguesas. Portanto, nelas sempre as massas estão sob a pressão da política burguesa e do poder econômico, ainda que votem na oposição burguesa. Nas últimas eleições, essa pressão foi favorecida pela ausência de candidaturas revolucionárias, pela direitaização do PT e adaptação das esquerdas ao eleitoralismo, e pela eliminação das discussões sobre os problemas nacionais das campanhas, substituídas pelo debate de como gerir melhor os recursos públicos, com "ética" etc. Ou seja, como fazer a máquina estatal trabalhar bem para os capitalis-

tas sem desgastá-la junto às massas com a divulgação dos escândalos de corrupção.

Em geral, pelo país, prevaleceram os partidos burgueses, com cerca de 80% das prefeituras e dois terços dos votos em suas mãos. A correlação de forças entre eles se manteve praticamente a mesma, exceto a pequena ascensão do PFL e retrocesso do PPB. Foi nas capitais e grandes cidades que o PT teve crescimento, apesar de perder o controle de 47% das prefeituras que tinha. E esse crescimento se deu sob a tutela dos partidos patronais. Tutela tão grande que se abriu a discussão da possibilidade de novas alianças entre PT e PSDB.

Voto nulo expressou a independência

A defesa do voto nulo nesse quadro ganhou importância, pois foi a única possibilidade de expressão independente da política burguesa e suas variantes. A votação das esquerdas nas alianças do PT com os partidos patronais selou seu apoio à constituição dos governos municipais de aliança do PT com os partidos patronais, que certamente aplicarão as medidas neoliberais ditadas pelos organismos internacionais do imperialismo.

PUC/SP

Os reformistas e o efeito do voto nulo

Durante a nossa campanha pelo voto nulo, na PUC/SP, houve vários ataques contra a posição do POR. Rasgaram nossos cartazes, nos acusaram de alienados e outras coisas. Enfim, os reformistas do meio estudantil tentaram intimidar e ridicularizar a militância porista. Mas quando respondemos aos ataques mostrando os acordos e apoios que o PT estava fechando com partidos da burguesia, entre eles o PSDB, calavam-se ou usa-

vam argumentos malabaristas como: "nós não queremos o Maluf, só isso". Desconsideravam assim o caráter burguês e capitulador da candidatura de Marta Suplicy.

Chamou atenção o fato de um professor do curso de História, em plena aula, apontar o dedo para nosso cartaz do voto nulo e disparar: "voto nulo! Um partido que se diz revolucionário só o chama quando as massas estão com as

armas nas mãos". Continuou: "quer dizer que só o programa deles (POR) é verdadeiro? É revolucionário?" Está aí um argumento fora de lugar e oportunista para defender o voto no reformismo.

Imediatamente, notamos o tom apelativo do discurso acadêmico e pró-burguês, embora procurasse ser radical com a idéia de que só quando as massas estivessem armadas é que se poderia defender o voto nulo. De uma pe-

nada, desconheceu o caráter burguês da disputa eleitoral. É que o acadêmico tem ilusão democrática no reformismo. Reformismo esse completamente eleitoreiro e adaptado às alianças com os maiores inimigos da classe operária. É claro que não poderia admitir que, na impossibilidade de um partido revolucionário intervir nas eleições com seu programa e candidaturas próprias, o voto nulo programático fosse necessário para manter a independência de classe e denunciar a submissão dos reformistas ao Estado burguês. Quanto ao argumento de que

nosso programa não seria o único revolucionário, não passou de um capricho do acadêmico, uma vez que não disse que programa defendia para se colocar por detrás dos reformistas. Mas o importante é que justamente o programa do POR o coloca em contraposição total ao reformismo, que é uma variante da política burguesa. O programa condiciona a linha política e a tática do partido.

Com ares de doutor em história, o acadêmico se utilizou de sua posição de professor para atacar a campanha do voto nulo. Mas quando foi rechaçado,

desconversou dizendo que não era momento para discussão. É claro que se ninguém se contrapusesse o "mestre" continuaria sua pregação em favor do voto no reformismo. No fundo, esse tipo de intelectual de esquerda trabalha contra o programa e a tática da revolução social, avalizam as negociatas e acordos dos reformistas com a burguesia contra as massas empobrecidas.

Afinal de contas, Marta Suplicy ganhou as eleições. A realidade dirá se foi correta ou não a posição do voto nulo.

Contra a fome e a miséria, salário mínimo de R\$1900,00

O PT e o PFL voltaram à demagogia de um salário mínimo de R\$180,00. Esse valor significa manter a superexploração capitalista, a opressão sobre os aposentados e a miséria da maioria. O salário necessário para manter uma família de 4 pessoas é de R\$1900,00. Menos que isso não cobre o conjunto de gastos. É claro que a defesa da vida das massas se choca com o conceito de necessidade elaborado pelos capitalistas, interessados unicamente na maior taxa de lucro. Os trabalhadores devem rechaçar o salário mínimo de R\$180,00.

Os trabalhadores devem discutir e decidir sobre que salário mínimo necessitam

Em nossos cálculos, o salário mínimo deve ser de R\$1900,00. Mas os trabalhadores devem discutir em assembléias para decidir qual é o valor a ser defendido. O que a burocracia sindical faz é se apoiar na discussão dos partidos burgueses e do PT sobre o valor igual ou menor a R\$180,00. Não convocam assembléias. A CUT não expressa a necessidade da maioria oprimida. Toda a burocracia se une para obscurecer a exploração capitalista e convencer os oprimidos a se conformarem com o salário de fome.

Denunciar as manobras do governo e dos defensores do salário de R\$180,00

O PFL é um dos partidos burgueses

mais à direita. A bandeira de R\$180,00 levantada por suas lideranças tem a função de disputar poderes no interior da coligação governamental. Ao mesmo tempo, enganar os explorados com a idéia de que pretendem melhorar a vida dos assalariados. O PT ao se juntar ao PFL auxilia esse partido da oligarquia a levar adiante a farsa burguesa. Por outro lado, o governo do PSDB se utiliza da bandeira do PFL (R\$180,00) para pleitear novos impostos, que como sabemos sempre recaem sobre as massas. Em maio, ocorreu a mesma conversa. E o salário ficou em R\$151,00. A CUT reformista e a Força Sindical direitista (abertamente governista) se deram por vencidas até mesmo na defesa do miserável R\$180,00 (100 dólares).

O salário mínimo deve ser defendido juntamente com outras reivindicações

A burocracia sindical se mostra como caixa de ressonância das manobras no Parlamento burguês. Espera que as migalhas saiam dessa cova de ladrões. Assim desvincula o salário mínimo de outras reivindicações.

As perdas salariais têm sido grandes com o Plano Real. Trata-se de levantar a bandeira de reposição de todas as perdas.

O desemprego continua violento, apesar da burguesia dizer que está sendo amenizado. Trata-se de defender a implantação da escala móvel das horas de trabalho.

Os capitalistas chegaram ao requinte de aumentarem o número de trabalhadores sem carteira profissional. É preciso dizer chega de arbitrariedade patronal.

O governo fez uma reforma da Previdência que aumenta a taxa de exploração e acaba com a proteção mais elementar do trabalhador na velhice. Trata-se de derrubar essa medida.

As mudanças na educação e saúde aumentam o grau de privatização dos serviços sociais. Trata-se de combater a mercantilização, com a bandeira de educação e saúde pública e gratuita, com a extinção da exploração privada.

É parte da luta operária a defesa da terra aos camponeses pobres e destruição dos sistema latifundiário. Trata-se de empunhar a bandeira de expropriação geral dos latifúndios e nacionalização da terra.

Enfim, a reforma pró-imperialista de FHC levou ao entreguismo sem precedentes com as privatizações. Também cabe à classe operária defender a recuperação das estatais, sob o controle coletivo da produção.

Como se vê, não se pode isolar a luta pelo salário mínimo desse conjunto de problemas que afetam a economia e a vida dos trabalhadores. A burocracia sindical não quer que a classe operária assuma essa plataforma porque se choca com a política geral da burguesia de ataque à vida das massas. Dizemos: por um salário mínimo vital e abaixo o Plano antinacional e antipopular de FHC.

Como defender o salário mínimo como parte da plataforma operária

O primeiro passo é exigir a convocação de assembleias. A decisão coletiva permitirá a classe operária e demais explorados tomarem em suas próprias mãos a plataforma de reivindicações. Gritar bem alto: fora as manobras do PFL/PT e PSDB etc, abaixo o salário mínimo de fome. Nenhum ilusão nos parti-

dos da burguesia e no Parlamento.

Nosso caminho é da unidade dos oprimidos contra a burguesia e seu governo. Formar os comitês de base em todo o país. Organizar um comando nacional submetido às bases em luta. Preparar as condições para uma greve geral. Organizar a aliança operária e camponesa. Sem essa via de combate, os milhões que vivem com 1 a menos de 1 salário mínimo continuarão na penúria.

Por um salário mínimo de R\$1900,00
Reposição de todas as perdas salariais
Escala móvel das horas de trabalho
Previdência, educação e saúde públicas - fim da rede privada

Terra aos camponeses - fim do latifúndios

Fim das privatizações

Recuperação das estatais, sob o controle coletivo da produção

Abaixo o Plano antinacional e antipopular de FHC!

Covas anuncia medidas dando continuidade à reforma privatista da educação

O governo regulamentou mais um ponto de seu Plano de Carreira: a evolução acadêmica. Atinge um setor minoritário do magistério, particularmente PEB I que tem habilitação em nível superior. Ao mesmo tempo, a Secretaria da Educação diz que fará parceria com instituições de ensino superior público e privado para dar "formação universitária" aos PEB I. Em relação aos diretores, vices e coordenadores, foram criados os "centros de capacitação de gestores" (num total de 10, esparrados pelo Estado).

Um dos aspectos mais graves desse conjunto de medidas se refere ao salário. Covas disse que sobrou dinheiro do Fundef (600 milhões). Uma parte desse dinheiro foi transformada em bônus. Destinou aos diretores, vices e supervisores um bônus de "gestão", variando de R\$1500,00 a R\$3.500,00. Aos coordenadores, de R\$750,00 a R\$1545,00. Porém, para receber o tal bônus foi instituído o critério de faltas, associado a assiduidade dos professores da escola. Ou seja, não basta o diretor ter presença todos os dias, é preciso que os professores de sua escola também não faltem. Junto com essa norma, há os resultados das avaliações (Saresp), número de alunos e evasão escolar.

Aos professores, o governo disse que haverá um "bônus de mérito". Para ganhar, não poderão ter faltas durante o ano de 2000, os alunos se saírem bem nas provas do governo e terem uma boa "avaliação desempenho" (nota aferida pelos diretores aos professores).

A esmola de Covas é um ataque ao magistério

O que Covas pretende é fazer dos di-

retores, supervisores e mesmo dos coordenadores feitores, para impor a reforma privatista da educação. Acena para isso com dinheiro (bônus). Essa é a prática da política burguesa, compra-se deputados, vereadores, diretores, dirigentes de ensino etc. O governador para obter adesão à reforma do ensino médio ofereceu 20 mil reais. Agora, para combater a greves, manifestações e paralisações, oferece o "bônus" para fazer dos diretores os ditadores, policiais e delatores nas unidades escolares. O diretor para receber o bônus precisa usar de seu poder autoritário para impedir que os professores façam greve, participem de assembleias etc.

O governo age para ampliar a divisão no seio da classe. Basta que lembremos do tratamento dado aos professores fura-greve e as punições aos grevistas. Pretende instituir isso como lei da educação. O professores que não fazem greve, que não protestam etc terão um bônus (recompensa). Haverá uma pressão dentro das escolas orquestrada pelos diretores e fura-greve contra um setor do magistério que se opõe às medidas de destruição da escola pública, materializadas na reforma de ensino (municipalização, reforma do ensino médio etc). O governo sozinho não conseguiu quebrar (através de demissão, punição etc) o setor descontente do magistério. Precisou colocar moedas nas mãos de diretores, vices, supervisores etc para que juntos reprimam a resistência à reforma educacional.

Certamente, uma parcela será comprada com a esmola oferecida. Ludibria da com o bônus, fará de tudo para impedir o avanço do descontentamento

com a reforma privatista. Esticará as mãos para o governo e servirá de delatador daqueles professores que não se curvarão diante das ameaças, punições e demissão.

Direções sindicais se curvam diante das medidas

Todas apoiaram as medidas de Covas. A diretoria da Apeoesp emite uma nota dizendo que "nossas reivindicações históricas finalmente atendidas". Diz: "essas medidas são resultado da luta da Apeoesp" (referindo ao Plano de Carreira). Sobre o poder atribuído aos diretores, vices e supervisores, fala "discordamos do excessivo enfoque aos aspectos de gerenciamento". Até mesmo nas palavras, a direção sindical mostra-se submetida. Não se trata de "gerenciamento", mas de medidas policiais. Sobre o bônus, diz que "não questionamentos a concessão deste 'bônus' se ele fizesse parte de uma política salarial para professores". O grau de servilismo obriga a burocracia sindical ser cada vez mais frouxa e conivente diante da ação repressiva do governo. Coloca de forma mansa assim: "não admitimos que se vincule o valor do bônus dos diretores etc à assiduidade dos professores."

Os burocratas sindicais são incapazes de enfrentar o governo e a reforma privatista do ensino. Por isso, ficam encontrando mecanismos para explicar sua impotência. O governo joga a esmola e todos eles se agacham. O "bônus" favorecerá os diretores repressivos, os professores fura-greve e a burocracia lambe-lambe.

Chega de atos distracionistas. Convocar assembleia para organizar a ação direta

O governo dá passos largos na implantação da reforma do ensino médio e no controle repressivo das escolas. A diretoria propôs o plebiscito. A rejeição à reforma manifestada no plebiscito está sendo canalizada para a política de não-enfrentamento ao governo. A aula pública já foi realizada e, como dizíamos, não teve nenhum efeito. O resultado do plebiscito não virou em nada. Agora, depois desse pacote de Covas, convoca mais um ato frouxo. Com a bandeira: "exigimos respeito aos nossos direitos", a burocracia marca o dia do ato. Este não aprovará nada. Essa é a política que só favorece o governo.

Os professores classistas exigem que a diretoria utilize os recursos para denunciar a redução da grade curricular, eliminação de disciplinas e demissão.

APEOESP COTIA

Uma Oposição Mal definida

No último dia 11 de outubro realizou-se em Cotia o Encontro de delegados para o próximo Congresso da Apeoesp. Cerca de 30 professores que compareceram à reunião não tiveram com clareza as propostas dos grupos que dirigem a subsede.

Duas correntes se posicionaram: o Socialismo Revolucionário se limitou a apresentar generalidades. Na verdade estavam empenhados na campanha eleitoral do Reformismo/PT, de forma que não puderam defender posições que chocassem frontalmente com a linha da burocracia petista. A Corrente Proletária

Ao contrário, a diretoria não combateu as medidas governamentais. Apoiou-se numa parcela de professores (que recusam a greve) para combater a idéia de se convocar nova assembleia e aprovar o caminho do enfrentamento direto.

Resistir aos ataques do governo é paralisar as escolas e ganhar as ruas

Há um setor do professorado que acredita que é possível barrar as medidas governamentais simplesmente coletando votos no plebiscito, participando de atos, conversando com deputados e fazendo denúncias aos alunos e pais. Essa convicção é alimentada pela política da direção do sindicato. Ou seja, a de não enfrentar diretamente com o governo e sim apresentar "alternativas propositivas". Foi assim com a municipalização, onde a diretoria inventou o "Sistema único de educação básica", como emenda ao Fundef. Tem sido assim

com o salário, o governo dá um bônus e a direção fica com lero-lero ao invés de ser contra. Agora, governo dá prêmio aos fura-greve e aos diretores capachos e a diretoria fica com a conversa mole ("exigimos respeito aos nossos direitos"). A experiência já nos mostrou que sem mobilização, sem a ação direta não será possível barrar a ofensiva do governo.

É preciso levar um combate duro contra essas idéias no seio do professorado. Ganhar a confiança desse setor da classe iludida com as "propositivas" da burocracia. Daí a importância da construção da fração revolucionária (corrente proletária na educação) para levar a fundo a luta ideológica e prática contra a burocracia vendida. É preciso colocar o sindicato na defesa das reivindicações da classe (bônus não é salário) e contra a ofensiva repressiva do governo do PSDB. Um sindicato que possa organizar os trabalhadores para derrotar de conjunto as medidas de destruição da educação pública, do salário e do emprego.

da Educação, que defendia já em várias regiões um "Programa de Luta" para este Congresso, expôs sua tese contrária a reforma da educação, defendeu o princípio da escola vinculada à produção social e criticou as posições do reformismo.

A discussão para a tirada de delegados estava despolitizada, até porque só restou meia hora para a apresentação das teses, que na verdade não passou de uma apresentação das qualidades e histórias de vida de cada professor interessado em ir ao Congresso.

A Corrente Proletária na Educação conseguiu eleger um delegado, porém

sem tentar agradar pela simpatia os professores presentes, mas colocando suas idéias, insistiu que a reunião deveria se pautar na discussão das teses e não em supostas idéias que os presentes tinham para apresentar.

Realmente, a subsede de Cotia deve repensar seu papel de oposição diante da direção do sindicato, do governo e dos professores. A lição que devemos tirar desse encontro é que a luta por posições não deve ocorrer só em momentos de congresso. Deve se dar diariamente com a finalidade de organizar o movimento massivo dos professores.

Corrente Proletária na Educação atua na UNIR (RO)

Semanalmente distribui boletins, que têm boa aceitação e discussão. Professores e estudantes têm procurado conhecer os materiais políticos do POR.

Temos criticado as direções do SINTERO e SINDSAUDE porque, diante das demissões, rejeitam as propostas de combate da CPE e chamam políticos direitistas para falarem aos trabalhadores, como Morimato (latifundiário da região) e Mário Jorge (vereador e representante do prefeito reeleito).

A independência política e organizativa dos trabalhadores e de suas organizações é condição para a luta vitoriosa.

Guarulhos

A volta da falta d'água

Ultimamente, o problema da falta d'água tem se agravado em vários bairros da periferia de Guarulhos.

Os moradores dos Bairros de Soberana, Jardim Lenize e Seródio já fizeram atos, inclusive com bloqueios de ruas, mas até agora nada foi resolvido.

Uma comissão de moradores do Jardim São João marcou uma reunião com os representantes da prefeitura, mas tudo o que falaram foi que o tempo não ajudava.

É necessária uma mobilização conjunta para pressionar a prefeitura e resolver o problema.

O Comitê de Ação Popular está organizando assembleias em toda a região para constituir um amplo movimento pela água. Chamamos todos os companheiros a engrossar esta luta.

Curso de Formação Política - Parte 4

O POR prossegue com seu curso de formação política sobre "O Partido e sua Organização". No último encontro, debateram-se os seguintes pontos, a partir dos textos de G. Lora e das resoluções da III Internacional Comunista escritos por Lenin:

Folheto: A Organização do Partido e a III Internacional **Teses sobre a estrutura, os métodos e a ação dos partidos comunistas**

(3 Congresso da IC - junho de 1921)

I. Generalidades

1. A organização do Partido deve se adaptar às condições e aos objetivos de sua atividade.

2. O Partido Comunista deve ser a vanguarda, o exército dirigente do proletariado durante todas as fases de sua luta de classe, durante o período de transição até a consolidação do socialismo.

3. Não existe uma forma de organização imutável para todos os Partidos Comunistas. Porém, as diferenciações têm limites. As semelhanças da luta proletária nos diferentes países constituem o fato de importância essencial para o movimento comunista. A semelhança é que proporciona a base comum para a organização dos partidos comunistas de todos os países.

4. A maioria dos Partidos Comunistas (IC) possuem em comum o dever de combater a burguesia. A conquista do poder constitui o objetivo principal desses partidos e da IC.

5. A organização dos Partidos Comunistas é a organização da direção comunista na revolução proletária.

6. A tarefa essencial de organização, que a revolução nos impõe, é a: formação, organização e educação de um Partido Comunista puro, que possa dirigir o movimento revolucionário.

7. Uma boa direção supõe a mais estreita vinculação com as massas proletárias. Essas relações orgânicas devem ser estabelecidas mediante a centralização democrática.

II- A centralização democrática

1. A centralização democrática deve ser uma verdadeira síntese, uma fusão da centralização e da democracia proletária.

2. A centralização não deve ser formal e mecânica. Deve ser uma centralização da atividade comunista.

3. Uma centralização formal/ mecânica

significa a centralização do "poder" nas mãos de uma burocracia, que dominaria os demais membros do partido ou o proletariado.

4. Para que a centralização não seja letra morta, mas se converta em um fato real, é preciso que sua realização se faça de tal forma, que signifique para os membros do Partido um fortalecimento e um desenvolvimento de sua atividade e de sua combatividade comum.

Livro: O Partido e sua organização - Guilherme Lora **III- O centralismo democrático**

1. O centralismo democrático é a norma organizativa básica do Partido e explica, além da convicção política, o porquê da severa disciplina que deve imperar em suas fileiras.

2. O centralismo democrático é algo mais que a simples soma de democracia e centralismo, é uma fusão que supõe o mútuo condicionamento de ambos os elementos e que dá nascimento a uma realidade nova e superior.

3. A centralização é o resultado da mais ampla democracia interna. A democracia deve permitir uma atuação elevadamente unitária no exterior, no seio das massas. O centralismo não pode conseguir seu ponto mais elevado de desenvolvimento se não se apoia na democracia.

4. O centralismo democrático, para não perder sua essência revolucionária, precisa que seja o Partido em seu conjunto, isto é, sua militância organizada celularmente (o que significa que tenha superado a absurda separação entre os predestinados ao comando e a cega obediência da maioria), que através da discussão interna e da assimilação crítica da experiência diária, defina a linha política e vai retificando e ajustando-a no trabalho diário. Esta é a única maneira de dar consistência férrea à organização e de educar de maneira real a militância.

5. Uma dos desvios mais frequentes do centralismo democrático consiste em colocar ou justificar a proeminência de um dos elementos em detrimento do outro. Os partidários do democratismo converte o Partido em um clube de intermináveis discussões e onde ninguém está obrigado a nada. E outros que consideram que o único valor é o centralismo e que a democracia não faz mais que desvirtuá-lo.

6. A democracia interna não se limita somente à elaboração coletiva da linha po-

lítica, mas sim que compreende o direito à divergência que tem o militante, tanto com referência às determinações da direção ou da tática adotada em determinadas circunstâncias, de difundir suas idéias livremente dentro do marco organizativo do partido e a formar tendências ou frações ao redor delas. A democracia é interna, se desenvolve e se garantirá dentro dos limites partidários, se se projeta ao exterior acaba atentando e destruindo o centralismo, isto é, desorganizando o Partido.

7. A discussão interna conclui com o voto sobre as questões em disputa nos organismos partidários. Uma vez votada a questão se adota como linha oficial do Partido. A discussão interna se desenvolve exclusivamente nos boletins internos e não no jornal ou publicações destinadas ao exterior, isto para salvaguardar o centralismo.

8. O Partido garantirá a existência de frações, ainda que sabendo que constituem germens de cisão. Assim como as frações têm garantias para sua existência e difusão de suas idéias, têm também obrigações que devem cumprir e acatar disciplinadamente as resoluções dos Congressos, das reuniões nacionais, do Comitê Central, dos Comitês Regionais e das direções celulares, ainda que estejam em divergência com elas. Desenvolver e defender no exterior a linha oficial do partido.

9. A disciplina partidária é uma das consequências do centralismo democrático. A disciplina, além da unidade na ação, consiste em submeter a militância em geral, incluindo os opositores, à direção centralizada, que expressa a linha oficial do partido. Trata-se do submetimento à linha política e não a pessoas.

10. A férrea disciplina - inseparável do conceito de partido altamente centralizado - é um dos requisitos para que seja possível o trabalho coletivo da organização. A disciplina revolucionária é, sobretudo, voluntária e consciente, pois tem como ponto de partida a adesão política. A disciplina do partido é oposta à disciplina militar. No exército, a disciplina é despótica, busca manter, utilizando a violência, a coesão de suas fileiras e o estrangulamento da vontade e idéias da maioria da tropa.

abA disciplina, em grande medida, importa uma total identificação com os postulados políticos do Partido e sua aplicação está a cargo dos organismos de direção. Os militantes prejudicados tem a seu favor o direito de apelação nas instâncias superiores, salvo em caso de delação e de apropriação de dinheiro partidário.

Esquerda perde o DCE/USP

As eleições do DCE/USP deram a vitória, com mais de 50% dos votos, à chapa "Gota D'Água", de oposição à gestão da esquerda (Força Socialista, PSTU, O Trabalho e independentes) iniciada em 1996. Em segundo lugar ficou a chapa da situação "De que lado você samba?", com cerca de um terço dos votos. Em terceiro, a aliança da Articulação com o PCdoB "Paratodos", com pouco mais de 10% dos votos. O PCO/AJR, com a sua "Muda DCE" teve menos de 3% dos votos, superada pelos votos brancos/nulos.

A chapa vencedora agrupou os Representantes Discentes organizados no grupo "Voz Ativa"; os estudantes que defenderam as duas teses mais direitistas do VI Congresso dos Estudantes da USP, que condenavam as palavras-de-ordem, rechaçavam demagogicamente os partidos no movimento estudantil, opuseram-se ao boicote das eleições de Representantes Discentes da reitoria, votaram contra a estatização das faculdades particulares; e mais uma série de outros alunos, que participaram ativamente da greve das universidades estaduais e se agruparam a partir das comissões temáticas do comando de greve da USP (de orçamento, de contratação de professores, de assistência estudantil, HU, democracia). O centro de sua política é a luta institucional, a reivindicação dentro do que é possível ter com o orçamento atual da universidade e o preconceito contra a esquerda e os partidos.

A chapa da esquerda foi montada a partir da gestão anterior e de uma parte do comando de greve da USP. Não realizou reuniões abertas nem uma conven-

ção democrática que permitisse aos estudantes interferirem na formação da chapa e em seu programa. As discussões políticas não superaram a necessidade de enfrentar a direita e reconstruir os CAs. A montagem da chapa se deu sobre a base de aproximação de "práticas comuns" e não da discussão de um programa, que foi secundarizada a tal ponto que só foi escrito uma semana após a inscrição da chapa, portanto se tornou uma formalidade vazia, que sequer defendia formalmente o socialismo e as assembleias estudantis, nem mesmo algumas bandeiras avançadas aprovadas no VI Congresso dos Estudantes. Constituiu-se assim como uma chapa de arranjo entre as correntes e independentes, dessa forma estando impedida pela sua gênese de se colocar como força dos estudantes contra o avanço da direita.

A "Gota D'Água" foi atrás de apoio do PT e conseguiu. O apoio à chapa oficial da Articulação estudantil foi ínfimo, constituindo um verdadeiro boicote. A chapa de aliança com o PCdoB acabou virando "boi de piranha", e o apoio real foi dado à "Gota D'Água", que retomou o DCE assentada nas mesmas bases da antiga gestão da Articulação no DCE/USP (Educação, Psicologia, Física, Matemática e interior). Mas não é só o apoio político e material à "Gota D'Água" que explica sua vitória.

A política da direção do DCE durante a greve da USP, de evitar a crítica às posições divisionistas da Adusp, que pretendia reivindicar dentro dos limites do orçamento atual da USP, estrangulado pelos cortes ditados pelo governo, e

de montar as comissões temáticas que estudariam o orçamento para ver o que cabia dentro dele entregou toda uma parcela da vanguarda nas mãos da representação discente (Voz Ativa), que está no interior do aparato burocrático e conhece os meandros do orçamento. As comissões passaram a ser uma tribuna para esses RDs, que puderam desenvolver sua política e organizar alunos ao redor dela. Esses alunos que dirigem muitos CAs levaram a chapa "Gota D'Água" a uma vitória arrasadora nos cursos que dirigem. As vitórias da chapa da esquerda em unidades foi muito apertada, não servindo para fazer frente à vitória da aliança do reformismo com os pró-burgueses, disfarçada de apartidário.

A Corrente Proletária Estudantil defendeu a formação de uma chapa unitária da esquerda para evitar o ascenso do setor mais direitista, a partir de um programa apoiado nas resoluções mais avançadas do VI Congresso estudantil e de uma convenção democrática. A rejeição da convenção e da formação da chapa a partir do programa impediu que isso se desse. O programa aprovado, que em essência poderia ser assinado pela própria Articulação/PT, nos colocou a necessidade de criticá-lo e chamar o voto contra ele. A impossibilidade de lançarmos uma chapa organizada da forma que propomos nos obrigou a defender o voto nulo.

Diante da nova direção, cabe a construção de uma autêntica oposição revolucionária a esta gestão, não juntando as correntes e pessoas de qualquer forma, mas sobre a base do programa e da discussão democrática.

Ceará Mirim (RN)

Assembléia e greve unitária para exigir do prefeito os salários atrasados e reajustes

Os funcionários não devem dar ouvidos à conversa-mole do prefeito, Roberto Varella. Todos esses anos de prefeitura foram para surrupiar dinheiro dos cofres públicos e reprimir, usando a polícia ou as intimidações. Basta que lembremos dos processos judiciais movidos contra lideranças do movimento, das ordens proibitivas emitidas aos dire-

tores para impedir que o sindicato fizesse reuniões nas escolas, da violência policial às manifestações e às greves. Varella é o representante da oligarquia na prefeitura. Nada tem a ver com os interesses do município e muito menos com a saúde, educação etc. A política do Sr. Varella é a mesma do governo do Estado e de FHC. Ou seja, cortes de gastos para

com os serviços públicos.

Agora, depois de raspar o dinheiro do município, vem dizer que não há verbas. Os salários estão atrasados e arrojados. A ilusão de altos ganhos com o dinheiro do Fundef se desfez. Os garis estão à mingua, vivendo de esmolas, porque há meses que o Sr. Varella não paga seus salários. As ameaças do prefe-

ito já não atingem uma boa parte dos funcionários. Porém, para responder aos ataques do prefeito ao salário e ao emprego é necessário a unidade.

A assembléia realizada aprovou o caminho da unidade e da luta. É hora de encostar o Sr. Prefeito na parede e exigir que pague imediatamente os salários atrasados e reajustados. Somente ações de rua e a greve unitária poderão arrancar as nossas exigências. Para isso, exijamos juntos os salários atrasados dos garis. Exijamos juntos o reajuste salarial a todo o funcionalismo. Se o prefeito gastou o dinheiro com suas falcatrues que vá buscar onde deixou. Os funcionários e suas famílias não podem viver de esmola e na miséria.

Uma lição de luta

Diante do atraso do salário, o prefeito determinou que os professores encerras-

sem o ano letivo. O objetivo era o de evitar que os trabalhadores em educação decretassem a greve e, com isso, motivassem uma mobilização mais ampla do funcionalismo municipal. A resposta foi: nada de encerrar o ano, assembléia para aprovar a greve.

A regional do sindicato convocou a assembléia para ser realizada numa escola. A diretora, cumprindo a ordem do prefeito, a fechou e determinou que lá não poderia ocorrer a reunião. Os professores para lá se dirigiram e passaram por cima da medida repressiva. Instalaram a assembléia no interior da escola. A polícia foi acionada e cercou os trabalhadores. A resposta foi: haverá assembléia, a escola é nossa.

Finalmente, a repressão se conteve diante da disposição de se manter a escola ocupada para a assembléia. Aprovou-se a greve. A direção do movimento, tendo à frente o POR/Cor-

rente Proletária na Educação, colocou para os trabalhadores a necessidade de unidade de todo o funcionalismo. Alertou que o prefeito procurará dividir a greve atendendo uma parcela, como ocorreu no município de Extremoz. A linha de não se voltar ao trabalho enquanto todo o funcionalismo não receber foi aprovada. Colocou-se também a importância de mobilizar toda a população do município para constituir uma assembléia popular.

Se o município está quebrado, é porque os burgueses que comandam o quebrou. Os funcionários estão à mingua. As escolas foram sucateadas. A saúde já não funciona. E até mesmo os garis, os mais oprimidos, não recebem os salários. Essa situação terá de ser combatida com os trabalhadores e o povo nas ruas. Constituir a assembléia popular é o caminho.

Funcionários de Escola - AFUSE

Novamente o plano de Carreira Mostra a traição da diretoria da AFUSE e sua incapacidade de lutar

O governo Covas utilizou-se de uma reivindicação justa dos funcionários da educação para nos enrolar e não nos dar nenhum aumento de salário. Esta reivindicação era a proposta de plano de carreira que continha as reivindicações de aumento de piso salarial para 5 mínimos, incorporação das gratificações e evolução funcional para aqueles que tivessem cursos acima daquele exigido na época em que fez o concurso. A proposta apresentada pela diretoria da AFUSE já era rebaixada, pois a burocracia sindical acreditava que reivindicando pouco era mais fácil para o governo conceder. Porém não foi o que ocorreu. O governo levou 3 anos para negociar e exigiu que a diretoria do sindicato fosse cedendo e retirando pouco a pouco as poucas reivindicações que existiam no plano de carreira. Sobrou mesmo a proposta do governo, que foi apresentada há 7 meses atrás e aceita pela diretoria da AFUSE. Vejamos quais os principais pontos:

abIncorporação das Gratificações – SEM NENHUM REAJUSTE SALARIAL

2- Uma promessa de abertura de concursos públicos para 2001 de Secretário de Escola e Agente de Organização Esco-

lar, que depois do concurso será avaliado por 36 meses e em 30 meses, se apresentar duas avaliações insatisfatórias, será exonerado.

3 - Avaliação periódica para o QAE Estável

4 - A evolução Funcional dependerá de fator produção profissional, ou seja, assiduidade, produções individuais e projetos coletivos.

Vejam como o governo apresenta o tal plano de carreira: não passa de um engodo para demitir e não aumentar os salários.

No dia 27/10 é que assinou o projeto de lei para mandar até a Assembléia Legislativa, os deputados irão aprovar certamente como o governo quer.

A diretoria da AFUSE, nesses 7 meses, jogou toda a confiança no governo, e agora parte para confiar nos deputados. O mais triste nesta história é que estes votarão em um "plano de cargos e salários", que vem para demitir, onde os salários não saíram das migalhas e a situação de péssimas condições de trabalho continuará e os poucos funcionários que permanecerem terão de ser merendeiras e ao mesmo tempo terão de varrer todas

as salas, até que o governo as demita para fazer as contratações pela APM's e pela Frente de Trabalho, onde poderá explorar ainda mais o trabalho. Esta é a premissa do governo Covas.

A diretoria da AFUSE diz que, para quem ganha migalhas a vida toda, migalhas poucas é muito, então não luta por salário, infelizmente se apegou ao atraso de uma parcela de nossa categoria que acha que somos incapazes de lutar e que então devemos pressionar os deputados mesmo que estes sejam corruptos.

Na verdade, quem é incapaz é a diretoria do Sindicato. Incapaz de lutar, engana os trabalhadores para continuar vivendo dos privilégios adquiridos do dinheiro dos associados, enrolam com colônias férias em construção, carteirinhas.

Se quisermos lutar por melhoria salarial, se quisermos nos contrapor as reformas imposta pelo governo Covas/FHC, se quisermos de fato ter um plano de carreira verdadeiro teremos que superar esta diretoria sindical, construirmos um programa de luta baseado na ação direta da classe e acreditarmos em nossas próprias forças.

O dramalhão das “Jornadas Internacionais de Debates Pela Reconstrução da Quarta Internacional”

No Massas 201 publicamos um artigo - “Mais cedo do que o esperado: LBI e grupo de Gamboa (Argentina) mostram-se os dentes” - em que revelamos a farsa da pomposa “Jornadas Internacionais...”. Estas acabaram no mais feroz ataque e contra-ataque entre POR Gamboa e LBI Humberto. O que foi cantado como um avanço de discussão principista terminou em acusações de oportunismo, estalinismo, falsificadores, caluniadores, provocadores etc.

Agora, tivemos acesso à resposta da LBI à denúncia de Gamboa (“O boicote político e organizativo da LBI às jornadas”). É mais um ato do dramalhão “Jornadas Internacionais...”. O pomo da discórdia foi a posição da “Fração Trotskysta (FT)”, que não apoiou a chapa da LBI para as eleições do DCE na Universidade Federal do Maranhão e sim a liderada pela Força Socialista do PT. O grupo de Humberto (LBI) acusou a FT de frente-populista, aproveitando o fato desta ter se colocado contra a negação das Teses do Oriente pela LBI, onde se define a tática da frente única antiimperialista para os países semicoloniais e de frente única operária para os países imperialistas.

Estava aí o motivo que o Sr. Humberto necessitava para mandar tudo para os ares. Em nome dos princípios, vetou a participação da FT. Gamboa procurou resolver o impasse, puxando a orelha de Otávio da FT, acusada de capitular diante da chapa frentepopulista, quando havia a “revolucionária” LBI. Mas a FT não recuou, publicando uma resposta em sua defesa. Gamboa fez toda diplomacia possível para que a LBI levantasse o veto, afinal de contas a FT comparece como um micro-satélite do POR-Gamboa, nos dizeres da própria LBI.

Mas o problema é que enquanto Gamboa vinha cedendo às posições reacionárias da LBI contra as teses do Oriente da III Internacional (época de Lenin) a FT mantinha sua defesa, ainda que sem compreender bem seu sentido (pois não tem programa) e servir à causa de Gamboa contra o POR boliviano, partido que se destacou e se destaca pela aplicação da frente única antiimperialista (Assembleia Popular e formação da FRA).

O pomo da discórdia estourou como uma bolsa de pus. Gamboa acusou a LBI de boicotar as Jornadas e a LBI respondeu que o POR-G “rasgou a convocatória”, tomando “a defesa incondicional da participação da FT”. Acusa Gamboa de fingir “condenar a capitulação da FT para de fato defender seu método e apoiar o conjunto de sua política frente populista.

A LBI desce às minúcias, a ponto de dizer que a FT “é uma fraude”, que se reduz

ao “casal Otávio Lisboa”. No dia da reunião das famosas Jornadas, a LBI fez Gamboa de tonto jogando-o de São Paulo a Serra Negra e de lá de novo para São Paulo, para depois despistá-lo de vez. Gamboa protestou contra a maledicente atitude dos camaradas brasileiros das Jornadas. Em resposta, Humberto acusa Gamboa de manobrar, não cumprindo a promessa do POR-G de trazer 4 representantes da Argentina e por incrível que pareça de trazer “uma namorada que veio ao Brasil acompanhando-o em lua-de-mel como parte de sua delegação”.

Se se quer encontrar acusações para desmoralizar Gamboa, basta se ter estômago para ler a resposta da LBI. (Nós somos obrigados a fazê-lo como ossos do ofício, uma vez que tanto Gamboa quanto Humberto nos atacam por todos os lados com mentiras fantasiadas de principismo).

Tudo indica que o aventureiro Gamboa encontrou alguém mais esperto no mundo do seu internacionalismo e no seu objetivo de reagrupar os fragmentos do trotskismo.

A LBI logo se valeu das “novas” relações diplomáticas de Gamboa, para acusá-lo de aprofundar o curso oportunista, reunindo-se com o “grupo chamado POUM” (a LBI aqui delata o nome de um militante do POUM, numa clara atitude policialesca - lembramos que os nomes citados acima por nós são codinomes) e “OCR”, “que de tão falso o próprio Gamboa não recorda se se chama OCR ou OTR”. Mas enfim Gamboa se reuniu com seu novo “Comitê de Discussão pela Reconstrução da IV Internacional” e a LBI com suas “Jornadas”.

As Jornadas da LBI

O informe diz que apesar do boicote de Gamboa, as Jornadas ocorreram. Participaram: Grupo Bolchevique Cuartointernacionalista argentino (GBC), a LRP/COFI americana e o PST da Colômbia. Não poderia faltar o exitismo de Humberto. A presença do PST é louvada como “o maior partido que se reivindica do trotskismo na Colômbia”. A LBI não diz se considera o PST como trotskysta, assim avaliza a auto-proclamação do PST.

Nó texto assinado por Humberto Rodrigues, não se expõe nenhuma idéia ou conclusão sobre a tal das Jornadas. O ponto serve apenas para desancar Gamboa e mostrar que a LBI fez tudo. E se há algum mérito da reunião ter ocorrida isso se deve exclusivamente à LBI. Isso mostra como é que a LBI e o POR-G se relacionavam na longa preparação das Jornadas. Em sua

convocatória, se afirma que “tanto a LBI como o POR (de Gamboa, esclarecimento nosso) compreendem que a realização destas jornadas é apenas um primeiro passo no longo e paciente processo de reagrupamento dos genuínos revolucionários que não se vergam ao peso dos aparatos contra-revolucionários...”.

Como se vê, não chegaram a dar sequer o primeiro passo e terminaram com uma montanha de mútuas acusações. Essa passagem atesta como os exitistas e as seitas oportunistas são irresponsáveis. É alarmante como a LBI se aproveita da podre relação contraída com Gamboa, que rompeu com o Comitê de Enlace em favor de posições aventureiras, para fazer campanha contra o POR boliviano, retomando a lenda plantada pelo pablismo e desenvolvida por espartaquistas, morenistas, altamiristas etc de que o POR se tornou nacional-trotskysta. É de rir quando o sábio Humberto explica que o problema do POR-Gamboa está em que não rompeu com o “lorismo”. Gamboa não assimilou nada do Programa do POR boliviano, de sua longa trajetória de luta e da rica política revolucionária contra o revisionismo, estalinismo, nacionalismo etc. Ocorre que tanto a LBI quanto o POR-G recolhem o legado mais decrépito contra o POR boliviano deixado pelo pablismo revisionista. Tudo que Humberto e Gamboa fazem é repetir as falsificações dos revisionistas, não trazem uma crítica original e consistente. Mas é justamente essa conduta antitrotskysta (antimarxista) que marca a tal das Jornadas.

A LBI, com seu exitismo e oportunismo, procura se acercar do PST colombiano, que, como ressalta, dirige o CITO, “corrente a qual se filiam quase duas dezenas de organizações em todo o mundo”. Quem é o PST? Uma variante do morenismo, como é o PTS argentino, que foi acercado por Gamboa como a primeira tentativa de encontrar aliados contra o POR boliviano.

Diz a LBI que a presença do PST nas Jornadas é fruto “do intercâmbio político que a LBI mantém com essa organização após sua ruptura com a LIT e fruto da mesma posição dos dois agrupamentos em colocarem-se incondicionalmente na defesa da Iugoslávia diante da recente guerra do imperialismo contra este país”. Ora, a LBI não apresenta os fundamentos da ruptura do PST com a LIT. Essa organização fez autocrítica do revisionismo morenista? Reconheceu que Moreno desenvolveu posições anti-marxistas e que assim como originário desse tronco militaram como antimarxistas? Qual é a crítica do PST ao nacionalismo morenista? Ao centrismo? Sobre isso a LBI não tem nada a dizer do PST. Mas justifica sua aproximação por um

acordo circunstancial de defesa incondicional da Iugoslávia.

É claro que se parássemos nesse ponto Humberto diria que estamos faltando com a verdade e por isso difamando. Há passagens no documento do CC da LBI que se refere a divergências. Informa que discutiram sobre a situação mundial e que há coincidências. Se nosso leitor tiver a paciência de recorrer ao texto da LBI, verá que a “compreensão comum” não passa de generalidades. É assim que funciona o oportunismo (por isso adoram assinar declarações, manifestos, como se isso fosse internacionalismo).

Mas no aspecto central de caracterização da burocracia responsável pela restauração capitalista, a LBI diz que diverge do PST porque este não admite que “um setor da burocracia em Cuba ou Coréia do Norte venha a se colocar pela manutenção da economia planificada para preservar seus privilégios (...). Essa possibilidade para LBI é fundamental porque esta já apoiou uma das frações da burocracia na ex-União Soviética e tem em suas contas que terá de apoiar outras, como nos exemplos dados. A LBI se mostra filoestalinista. Defender

incondicionalmente Cuba, Coréia do Norte, Rússia contra o imperialismo não implica fantasiar com a caracterização de que uma fração da burocracia poderá defender a economia planificada. Para se defender o programa revolucionário não é condição se colocar por detrás da luta interburocrática da camarilha restauracionista.

Tudo isso é colocado levemente pelo informe da LBI. Mas a LBI procura impressionar com seu “principismo” indo ao ponto do morenismo, referindo-se à negação da teoria da revolução permanente a aspectos de sua política (FUR etc). A resposta do PST foi a de que “o CITO não utiliza o método do balanço histórico do legado que reivindica uma corrente para balizar suas relações políticas com outros agrupamentos”, segundo o informe da LBI.

Que caracterização tem a LBI das respostas do PST colombiano? Cala-se. Apenas afirma que para a LBI há necessidade desse balanço. A posição do PST é oportunista ou não? Reflete ou não as raízes do morenismo (inimigo frontal do POR boliviano)? O término do informe expõe a diplomacia pequeno burguesa de boa vizinhança. “A LBI avalia a participação do

PST colombiano (CITO) nas Jornadas como positiva e pretende dar prosseguimento às discussões, na medida em que compreendemos que o processo de reagrupamento principista pela reconstrução da IV Internacional apenas pode avançar clarificando o que nos une e o que nos separa”.

Está aí a conclusão mais uma vez oportunista. O mesmo foi dito em relação à aproximação da LBI com o PBCI argentino e depois com o POR-G argentino. No primeiro caso, a LBI acabou acusando seus companheiros de “reconstrução da IV” de sionistas e contra-revolucionários. No segundo, denuncia o POR-G de frentepopulista e seita centrista. Do que irá acusar no futuro o PST colombiano?

Ocorre que essas correntes não se organizam em torno do programa. Assim, não se aproximam por razões programáticas. Constituem grupelhos (não pelo seu tamanho, mas por sua conduta política) que almejam se aglutinar aparelhisticamente, como se dessa forma se reconstruirá a IV Internacional. A cada fracasso mostram que nada têm a ver com o trabalho revolucionário de construir o partido marxista-leninista-trotskista.

PCO não explica o essencial

O “Diretório Nacional” do PCO decidiu por excluir “todos os filiados que tiveram participação direta ou indireta na decisão de incluir” o partido na coligação eleitoral frentepopulista no município de Itaúna, Minas Gerais. Declara: “A DN do PCO visa, com isso, deixar absolutamente claro que a legenda do PCO não foi construída para nenhum tipo de aliança oportunista ou de colaboração de classes e que qualquer tentativa de utilização para qualquer outro fim que não seja a luta pela independência política dos trabalhadores e pela conquista de suas reivindicações será severamente reprimida.”

O fato de um de seus diretórios entrar na coligação pró-burguesa é explicado pelo fato do PCO “estar constituído em centenas de municípios nacionalmente espalhados”. Assim, justifica: “Neste quadro, é impossível para o Diretório Nacional ter conhecimento de todos os atos promovidos por seus filiados em todos os municípios”.

Pareceu-nos justa a exclusão daqueles que se submeteram às pressões do reformismo e mostraram-se arrivistas. Mas a explicação do PCO de que não pode ter conhecimento de todos os atos na “centena” de diretórios é sintomática de como esse partido vem se organizando. Não se trata de um acontecimento inesperado, mas da participação nas eleições, campo próprio da política burguesa. Todo partido deve estar preparado para defender o programa e a tá-

tica revolucionários.

Como é que uma de suas frentes se mete na coligação frentepopulista?

Isso tem a ver com a natureza do partido que se está estruturando. Não foi simplesmente um ou outro militante que se desviou e capitulou, mas sim todo o “diretório municipal.” Está evidente que se trata de um conjunto de “filiados” (será que podemos traduzir por militantes?), que entrou no partido sem a devida assimilação de que o PCO tem por “princípio político não participar de uma frente eleitoral com partidos burgueses”. Ora, tais filiados, certamente, entraram no PCO sem saberem que o partido tem tal princípio, ou então, tomaram um conhecimento dele meramente formal.

É possível que a segunda possibilidade seja a mais real. PCO vem apoiando eleitoralmente a frente popular em todas as eleições presidenciais, com as bandeiras de Vote no PT por um governo dos trabalhadores ou “Vote em Lula por um governo dos trabalhadores”. Essa é uma porta para o oportunismo.

Entretanto, entendemos que o problema não se resume a isso. Tem a ver com o processo de construção do partido legal. PCO vem se adaptando, pela esquerda, ao quadro da legalidade eleitoral. Assimilou até mesmo a estrutura de funcionamento dos partidos legais: a dos diretórios e do critério de filiação. Alguns traços de posições marxistas se conservam em meio a

formulações oportunistas, a começar pela estratégia democratizante de “governo dos trabalhadores”, assimilada do morenismo (antiga CS, hoje PSTU), o que implicou em se afastar da essência do marxismo, que é a luta revolucionária pela ditadura do proletariado. Chama a atenção o fato do PCO jogar com a estratégia do governo operário e camponês, respondendo às nossas constantes críticas.

O apoio ao PT nas presidenciais com a bandeira de governo dos trabalhadores e a adoção da estrutura legal dos diretórios para fins eleitorais abriu caminho para a arregimentação de filiados que não passam pelo crivo de princípios marxistas.

PCO pouco tem a ver com a natureza leninista do partido. Afasta-se paulativamente da concepção e do funcionamento bolchevique, fruto do desconhecimento da tarefa de constituir o programa da revolução proletária. Acreditamos que aqui reside a principal explicação do porquê todo um “diretório” se enfiou por detrás da coligação eleitoral burguesa.

A contradição entre determinados princípios conservados (como o de não participar da coligação burguesa) e os traços oportunistas em matéria organizativa se manifestará com mais intensidade na medida em que mais arrivistas verem que PCO pode servir de “legenda” para seus fins. O que não caberia em hipótese alguma no partido marxista-leninista-trotskista.

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação, escritos por Guillermo Lora, iniciada no Massas nº 160

Manual do Organizador O que fazemos e o que devemos fazer agora (3ª parte)

A situação adversa aberta em agosto de 1971 (golpe de Banzer, N.T.) foi fatal para quase todas as organizações que se reclamavam da revolução, esta considerada em abstrato.

Como todos sabem, os grupos ultraesquerdistas surgiram oferecendo fórmulas milagrosas e que, diziam, estavam destinadas a por em pé partidos de massa da noite para o dia. Tudo isto se dissipou sem deixar o menor sinal, ao ponto de que nem mesmo os criadores das fórmulas mágicas não concordam mais com elas. Quase todos os grupos terminaram pulverizados: desapareceram como organização e como programa.

Muitos deles poderiam ter férreas organizações em conjunturas favoráveis, mas não puderam resistir ao choque entre sua concepção política e a realidade.

Diferentemente o POR suportou com êxito a prova dos acontecimentos. Os nacionalistas e foquistas pretenderam destruí-lo através de "quintas colunas". Na consumação do ato demos uma resposta política e não simplesmente administrativa, pois se tratava da concepção programática e não de simples medidas

organizativas, estas apenas encobriam os graves desvios políticos. Depois de esgotar a discussão, na medida que todas as idéias e argumentos em luta foram expostos com a devida amplitude, precipitamos a cisão, não sem antes escolher o momento propício. A extrema esquerda bateu palmas acreditando em que o POR desapareceria. Esta extrema e não casual miopia é explicada pela orientação dos foquistas.

Para nós o que deveria ser feito era um ajuste político e organizativo do Partido, para que este melhor correspondesse à realidade que vivíamos. Para o nacional-foquismo a questão não era outra a não ser destruir o trotskismo a fim de suplantá-lo por um grupo voluntarista.

O resultado esteve a vista de todos: o POR saiu da momentânea crise enormemente fortalecido, como programa, como organização, como quantidade, como qualidade.

A vitória do POR foi a vitória de seu programa, que não é arremedo de nenhum outro documento, tampouco o amontoamento de citações e de sínteses dos textos clássicos; este programa parte da análise e compreensão da realidade boliviana e expressa os objetivos históricos da classe operária, que só poderão se materializar através dos métodos da revolução proletária. Trata-se de um docu-

mento único e que só pode ser utilizado como ferramenta libertadora pela classe operária e seu partido, ninguém pode copiá-lo ou declamá-lo, sua efetivação exige o fortalecimento do partido revolucionário. Por seu programa, por sua estrutura organizativa, o POR é o único Partido revolucionário na Bolívia. A forma com que tem suportado a prova dos acontecimentos diários confirma o que sustentamos.

Impomo-nos perante a perseguição, a clandestinidade e a crise interna, saímos fortalecidos do governo gorila enquanto outros desapareceram... tudo isto é certo, mas todavia não fizemos a revolução proletária, nem chegamos ao poder. A grande linha política que nos conduzirá à vitória está atrasada e nela se formam os quadros partidários e se molda a estrutura organizativa, esta linha deverá ser, uma vez ou outra, ajustada conforme as mudanças da situação política.

Uma tarefa mais considerável está colocada para nós; transformar nossos métodos de trabalho e de organização para atuar como partido de massas e como direção política da nação oprimida que não tardará em se colocar pela conquista do poder, retomando assim a tendência aberta com a Assembléia Popular.

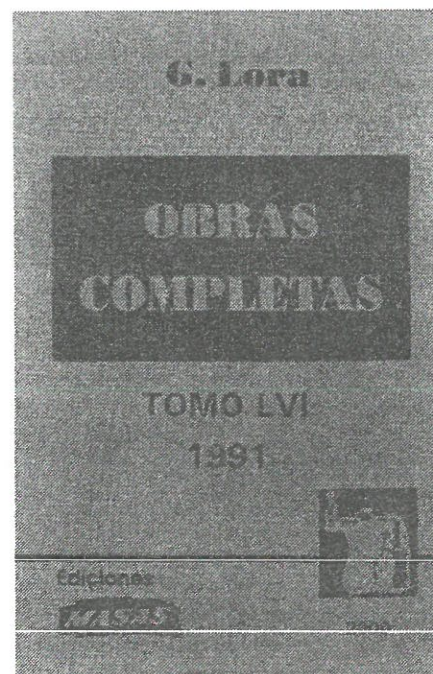
O POR/Bolívia chega ao volume 56 das Obras Completas de Guillermo Lora

As "Obras" são o conjunto de textos que expressam a luta política do partido trotskista boliviano pela derrota ideológica da burguesia de seu país, a tradução concreta, na resposta aos fatos, de seu programa, forjado na luta revolucionária boliviana a partir da experiência histórica do proletariado internacional. Cada volume tem cerca de 550 páginas e a previsão é de que atinja 65 no total.

O volume 56, com material de 1991, trata da resposta do POR à degeneração

estalinista (atualidade e vigência do marxismo-leninista-trotskista após o colapso da URSS), de textos sobre a Revolução Russa, evolução do trotskismo boliviano, projetos de resolução aos Congressos da COB, de trabalhadores gremiais, material sobre os 500 anos de opressão, crítica ao projeto educacional da COB.

Adquira as Obras Completas com o distribuidor deste jornal, ou escreva para nossa caixa postal.



Aniversário da Revolução Russa

Uma das grandes lições de Outubro de 1917

Estamos distantes há 83 anos da Revolução Russa. Sob o clima da restauração capitalista, procura-se “esquecer” o significado histórico do proletariado ter triunfado contra a burguesia pela primeira vez. Ou seja, diferentemente da Comuna de Paris (1871) em que a revolução proletária não pôde se estender a toda França e ser conservada, a de Outubro da Rússia, além de tomar o poder, assentou as premissas da revolução socialista mundial.

Muitas foram as lições da Comuna de Paris e da de Outubro de 1917. Os ensinamentos do proletariado francês serviram para a Rússia insurgente. Trotsky, que militou desde cedo para educar o proletariado para a revolução e que foi um dos dirigentes mais importantes ao lado de Lenin, escreveu em 1924 um pequeno livro chamado “As lições de Outubro”, que serviram de primeiro passo para sua mais acabada obra, que é “História da Revolução Russa”, de 1930.

Nas “Lições de Outubro”, analisa o lugar fundamental que ocupa o partido marxista para a vitória do proletariado. Descreve e teoriza sobre a viva luta interna ocorrida no interior do Partido Bolchevique no período decisivo da insurreição e da tomada do poder, que foi de fevereiro a outubro. Procura expor as divergências entre os principais dirigentes bolcheviques, em que uma ala se mostrava adaptada à revolução democrática burguesa (Kamenev, Zinoviev, Stalin), suscetível portanto às pressões da esquerda capituladora (menchevismo e socialismo revolucionário), e outra encabeçada por Lenin que aplicava rigorosamente o programa e a tática revolucionárias, correspondendo assim à situação insurrecional do período de fevereiro a outubro.

Trotsky deixa claro que se não triunfassem as posições de Lenin no interior do partido, com toda certeza o proletariado russo seria esmagado pela contra-revolução. Eis uma das passagens: “A tarefa da conquista do poder só se pôs ao Partido em 4 de abril, quer dizer, depois da chegada de Lenin a Petrogrado. Mas, ainda mesmo a partir dessa altura, a linha do partido não reveste um caráter contínuo, indiscutível para todos. Apesar das decisões da conferência de Abril, uma resistência, ora surda, ora declarada, manifesta-se durante todo o período preparatório da revolução”.

Trotsky analisará as divergências para

mostrar a importância estratégica do partido. Daí o valor teórico e prático das lições deixadas pela luta interna no bolchevismo.

O lugar estratégico do partido na revolução

Expomos abaixo algumas passagens do livro “As lições de Outubro”, em que Trotsky revela a importância do bolchevismo para a revolução.

“(…) O proletariado não pode conquistar o poder através de uma insurreição espontânea: mesmo num país industrialmente muito desenvolvido e altamente culto, como a Alemanha, a insurreição espontânea dos trabalhadores (em novembro de 1918) apenas conseguiu transferir o poder para as mãos da burguesia”.

“O partido é o instrumento essencial da Revolução proletária. A nossa experiência de um ano (de fevereiro de 1917 a fevereiro de 1918) e as experiências complementares da Finlândia, Hungria, Itália, Bulgária e Alemanha, quase permitem erigir-se em lei a inevitabilidade de uma crise no Partido, quando este passa do trabalho de preparação revolucionária à luta direta pelo poder. Regra geral, as crises do Partido surgem a cada viragem importante, como prelúdio ou consequência. É que cada período de desenvolvimento do Partido tem os seus traços especiais, exigindo determinados hábitos e métodos de trabalho. Uma viragem tática acarreta uma ruptura mais ou menos importante nestes hábitos e métodos: nela reside a causa direta dos choques e das crises: “A uma viragem brusca da história - escrevia Lenin em julho de 1917 - acontece muito frequentemente, até aos partidos avançados, não se chegarem a habituar à nova situação num maior ou menor espaço de tempo, repetindo as palavras de ordem que, embora justas ontem, hoje perdem todo o seu sentido; coisa que sucede tão subitamente como a viragem histórica”.

“Um partido revolucionário está submetido à pressão de outras forças políticas. Em cada período do seu desenvolvimento elabora os meios para lhes resistir e as recalcular. Nas viragens táticas, que comportam reagrupamentos e fricções interiores, a sua força de resistência diminui. Daí a possibilidade constante de desenvolverem consideravelmente os reagrupamentos do partido, formados pela necessidade de vi-

ragem tática, e se tornarem uma base de diferentes tendências de classes”.

“Se, a cada viragem tática importante, a observação que acabamos de fazer é justa, é-o tanto mais no que toca às grandes viragens estratégicas. Em política, entende-se por tática por analogia com a ciência da guerra, a arte de vencer, isto é, conquistar o poder. Não fazíamos vulgarmente esta distinção antes da guerra, na época da II Internacional, limitando-nos à concepção da tática social-democrática. E não era obra do acaso: a social-democracia tinha uma tática parlamentar, sindical, municipal etc. A questão da combinação de todas as forças e recursos, de todas as armas para alcançar a vitória sobre o inimigo, não se levantava na época da II Internacional, pois esta não fixava como tarefa prática a luta pelo poder. Depois de um longo intervalo, a Revolução de 1905 pôs novamente na ordem do dia as questões essenciais, as questões estratégicas da luta proletária, garantindo com isto enormes vantagens aos social-democratas russos, quer dizer, aos bolcheviques. Em 1917, começa a grande época da estratégia revolucionária, primeiro para a Rússia, depois para toda a Europa. É evidente que a estratégia não impede a tática: as questões do movimento sindical, da atividade parlamentar etc., longe de desaparecerem do nosso campo visual, adquirem uma importância diferente, como métodos subordinados da luta combinada pelo poder. A tática está subordinada à estratégia”.

Essas passagens das “As Lições de Outubro” demonstram o lugar imprescindível do partido para dirigir a revolução proletária. A Revolução Russa constituiu um marco, depois da Comuna de Paris, que também nos deixou lições insubstituíveis, entre elas a de que o proletariado não pode vencer sem impor sua ditadura revolucionária contra a burguesia derrotada, e, para isso, é necessário o partido que encarne esse objetivo histórico. O partido bolchevique, mais tarde modificado para Partido Comunista da Rússia, nos deixou os ensinamentos da revolução através do programa, dos métodos, da tática, da teoria e do materialismo histórico.

A militância tem o dever de estudar, assimilar criticamente as experiências do bolchevismo e trabalhar pela construção do partido revolucionário em nossos dias. **Viva a Revolução Proletária de Outubro! Viva o Bolchevismo!**

Argentina

Aprofunda-se a crise do regime político

A ruptura da aliança governamental UCR-Frepaso motivada pela corrupção do recém eleito governo de De la Rúa, na realidade, tem por detrás a desintegração econômica e social do país. A aplicação rigorosa dos planos pró-imperialistas agravou as tendências desagregadoras da crise estrutural do capitalismo. Sob o impacto do desemprego e da miséria crescente, as massas argentinas se lançam à luta de resistência. E a burguesia não tem outra via senão a de intensificar a exploração e lançar novas medidas de destruição das condições de vida dos trabalhadores. A crise prematura do governo De la Rúa é continuidade do que vinha acontecendo com o governo de Menem. Trata-se não simplesmente de um mal-estar conjuntural do governo, mas sim da bancarrota da semicolônia capitalista e do regime político. Impõe-se ao proletariado argentino a luta antiimperialista e anticapitalista.

Publicamos abaixo o editorial do Partido Operário Revolucionário da Argentina, que expressa bem os impasses da burguesia subserviente.

Enquanto o povo se desespera na fome e desemprego, os politikeiros zombam de nós com suas rixas expondo toda sua podridão

O menemismo de De la Rúa

A crise no seio do governo colocou às claras as formas de dominação dos capitalistas, as características de seu regime, revelando que a democracia política no país é quase inexistente.

A aliança UCR-Frepaso chega ao governo baseada na crítica da forma de governar de Menem, com suas camarilhas, suas negociatas, concentração de todo o poder do Estado para manejar, mediante vantagens, os demais poderes republicanos para impor sem limites as exigências dos grandes capitalistas. Poucos meses de governo demonstraram que, no essencial, não há grandes diferenças em relação ao anterior.

É que essa forma de governar corresponde à dominação imperialista sobre o país e ao controle que um punhado de

bancos e multinacionais exerce sobre o poder, e não com as qualidades pessoais de tal ou qual mandatário.

Não existe democracia parlamentar na Argentina

Constata-se o fracasso em avançar as formas democráticas de governo que aspiravam grande parte dos eleitores da Aliança, e alguns de seus dirigentes. A democracia parlamentar continua sendo uma farsa.

Na verdade, não existe um regime de democracia parlamentar, nem pode vir a existir, por mais que esteja consagrado na Constituição e se vote a cada dois anos. Isso é um luxo que tiveram os países capitalistas desenvolvidos e que na atrasada Argentina não haverá de existir.

A insistência de um setor de políticos patronais (dentro da Frepaso, da UCR e também do PJ) em alcançar a desejada democracia é não só uma utopia reacionária, como, uma e outra vez, fazem esforços para alimentar novas ilusões nas massas de que esse regime pode ser reformado e que a democracia pode ser alcançada, e que assim se resolverão todos os nossos problemas. Trata-se, assim, de um obstáculo que devemos derrotar.

Ao mesmo tempo em que se reconhece o crescente avanço da dominação do capital financeiro e dos monopólios nos principais ramos da economia, apregoa-se que sem enfrentá-los e sem acabar com sua dominação, podem florescer formas democráticas de governo.

Não estamos frente a morte lenta da democracia como afirmam alguns democratizantes, com os corações despedaçados, mas sim diante da constatação de que a democracia não pode e nem haverá de nascer na Argentina capitalista.

Estamos vivendo a agonia do capitalismo; sua decomposição, seus traços cada vez mais parasitários, mais ganancioso, um capitalismo altamente monopolizado que nos conduz cada dia à barbárie. O regime político corresponde a esta realidade da estrutura econômica.

Os "democratas" campeões da "transparência" e da "moralidade política" são

cúmplices dos maiores roubos contra a nação e os trabalhadores

Em nome do pragmatismo, nossos campeões da democracia avalizaram toda a ingerência do FMI e do BIRD para nos impor o imposto, a redução dos salários, a reforma trabalhista, o respeito às negociatas das privatizações, a falência financeira das províncias, para continuar pagando a dívida externa às custas da fome e desemprego, ainda que sabendo de sua origem fraudulenta.

Estes homens gostam de se denominar de progressistas. A renúncia de Chacho não teve uma palavra de crítica à política econômica, voltou a respaldar o Ministro Machinea, ratificando, por sua vez, o capital financeiro internacional. Esses "progressistas" no governo serviram para passar o pacote de ajuste contra as massas, aprovado nos primeiros meses. Avalizaram com sua presença a repressão sangrenta em Corrientes e em Salta. Na melhor das considerações, podemos dizer que têm sido usados simplesmente como profiláticos.

De sua parte não há nenhuma "alternativa ao modelo". Não existem razões de fundo programático para que se produza uma ruptura.

Nas declarações de Chacho sobre sua renúncia, não se fez nenhuma menção à dívida externa, ou seja, ao que corresponde à mais gigantesca corrupção do país.

Este é o fracasso de quem tem como único programa político o antimenemismo, que apoiou a Aliança simplesmente para afastar Menem do governo. Essa era uma bandeira sem nenhuma perspectiva.

A isto chamam pomposamente "uma nova forma de fazer política" que não quer dizer outra coisa senão tornar possível as instituições do Estado burguês, para melhor aplicar os planos do capital financeiro.

Governo mais débil ou mais forte?

Muito se discute sobre esse ponto. Mas só nos interessa em referência às massas e suas ilusões. Nesse sentido, estamos diante de um governo mais débil para enfrentarmos, já que caíram várias máscaras, apresenta-nos tal como é, con-

tinuando em todos os terrenos a política de Menem.

A crise política do regime consiste na incapacidade para sair da estagnação, incapacidade para superar a dominação imperialista que penetra por todos os poros, uma crise que abarca toda a burguesia. Encontra-se em um beco sem saída. Em seu desmoronamento arrasta toda a sociedade para a barbárie.

O debate sobre se está correta a denúncia de Chacho, ou se devia permanecer, é absolutamente secundária. O Chacho e a Frepaso já sabiam de antemão que política ia ser aplicada, não há surpresas, serviram para que a UCR voltasse ao governo para dar uma saída à crise gerada pela presença de Menem no governo, com um grande rechaço popular. Hoje procuram se preservar para o futuro, como candidatos para seguir a mesma política, quando os De la Rúa já não servirem.

Bolívia

Realizado o Congresso do POR boliviano em meio à crise convulsiva

O Partido Operário Revolucionário da Bolívia convocou seu congresso para a última semana de outubro, em função da necessidade de armar o partido frente à decomposição do governo Banzer, da ofensiva imperialista contra a nação oprimida e do levante das massas.

O congresso aprovou uma resolução programática que se assenta na tarefa de potencializar os organismos de duplo poder das massas, constituir a aliança operária e camponesa numa frente única antiimperialista e preparar as condições para o próximo levante que poderá ter características insurrecionais.

Debateu-se a importância das reivindicações camponesas, particularmente a que diz respeito ao cultivo da folha de coca e da industrialização da cocaína. Analisou-se a fundo que a bandeira de erradicação do plantio e a proibição da industrialização expressa o intervencionismo norte-americano (imperialismo). Contra esse ataque à semicolônia e aos camponeses pobres, trata-se de defender claramente o livre plantio e industrialização. O problema do narcotráfico é próprio do capitalismo em decomposição. Somente a revolução proletária irá extir-

Qual é a saída para as massas?

A burguesia está esgotada e em decomposição, é uma classe antinacional. Todas as formas e métodos que garantem sua sobrevivência são reacionárias, vão contra os interesses da Nação e dos trabalhadores.

Devemos lutar para impor com a ação direta as principais reivindicações, acabar com o desemprego imediatamente, elevar os salários para que alcancem a necessidade de vida. Esses são os problemas centrais!

Para isso, é necessário romper com o governo e os partidos patronais, com os burocratas que vivem negociando as reivindicações populares para encher seus bolsos, e construir nossas próprias organizações desde as bases para debater e resolver cada problema.

Necessitamos pôr em pé uma frente única antiimperialista que unifique to-

das as exigências sociais, democráticas, nacionais, sob a direção política da classe operária.

Não há outra alternativa senão lutar pela estratégia de classe. Para impor um Governo Operário e Camponês, que expresse a maioria oprimida e explorada, que destrua as instituições da ditadura da burguesia e comece a construção de uma nova sociedade expropriando os meios de produção dos capitalistas.

Essa tarefa cabe ao regime da ditadura do proletariado, que esmagará os parasitas e seus mercenários, libertando as gigantescas forças produtivas paralisadas e destruídas dia-a-dia pela decomposição dos capitalistas.

Digamos basta à politicagem patronal, um bando de inúteis e corruptos que vive de costas a nossas necessidades.

(Extraído do Jornal Massas, nº 151, do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

par esse e outros males. Frente à opressão nacional e a miséria dos camponeses, que não podem sobreviver sem o plantio da coca, a bandeira das massas oprimidas tem raízes antiimperialistas.

A luta se tornará mais encarniçada contra o intervencionismo antiimperialista e o governo títere. Isso implica preparar a militância para encarnar com o programa da revolução e ditadura proletária o movimento coletivo dos oprimidos da cidade e do campo. Assim, teve grande importância a discussão sobre os aspectos organizativos do partido e sobre as características do militante profissional, no sentido leninista dos quadros que encarnam o programa e dedicam inteiramente suas energias para ajudar as massas a derrotar a classe capitalista.

No congresso, esteve presente o Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional. No final dos trabalhos, foi dado um informe sobre a situação política da Argentina e do Brasil. Quanto aos aspectos organizativos, se colocou a necessidade de se publicar com urgência a revista Revolução Proletária. Também foi discutida a importância da campanha de divulgação das Obras Completas

de Guillermo Lora. Nesse particular, o congresso referiu-se ao valor do desenvolvimento teórico e programático do trotskismo, que se distingue claramente de todas as variantes do revisionismo e oportunismo, que pululam por toda a parte. As Obras Completas expressam uma trajetória de luta revolucionária do proletariado boliviano e mundial, o que as torna um instrumento de assimilação de experiências e parte do desenvolvimento teórico do marxismo-leninismo-trotskismo. Ficou evidente a necessidade do Comitê de Enlace concentrar seus esforços na defesa da revolução social na Bolívia.

Publicamos abaixo dois pontos da resolução aprovada:

As perspectivas: Aprofunda-se a crise da classe dominante e de seu governo de plantão.

A luta de classe agudizada está muito longe de passar a seu pólo contrário, ao retrocesso e refluxo dos oprimidos, explorados, e ao convencimento dos se-

tores burgueses de que chegou o momento de sua reativação econômica e da harmonia de seus movimentos com o governo imperante.

Estamos obrigados a reforçar que a persistência da crise econômica mundial (marco da miséria extrema, do desemprego massivo, da queda constante do salário real etc.), que obriga as metrópoles imperialistas a se protegerem às custas da superexploração dos países capitalistas atrasados, são os fatores de maior peso que decidem o mal-estar do país.

Há indícios de que diversos setores sociais começam a se concentrar, a preparar seus movimentos futuros, enfim, a organizar-se. Por outro lado, o governo se esforça, utilizando mais de promessas irresponsáveis do que fatos concretos, por parecer como garantia de um bem-estar futuro. Já começam a se manifestar os sinais anunciadores da futura tormenta social.

Nem bem os setores empresariais dão crédito aos oferecimentos governamentais, o povo volta ao repúdio e desconhecimento do governo que representa os interesses da classe exploradora e opressora. Aos agro-industriais do Oriente não satisfaz, por exemplo, os prazos muito curtos estabelecidos na concessão de créditos bancários. A equipe ministerial tem sido reformulada, mas a medida não satisfaz as exigências e dúvidas do conjunto da burguesia. A designação do Ministro sem ministério deu a sensação de que Banzer, cuja autoridade e credibilidade caíram enormemente, se viu obrigado a colocar à cabeça do governo um ditador invisível.

O protesto popular contra as medidas oficialistas cresce a cada minuto. O repúdio à elevação sistemática dos impostos vai unindo a cidade com algumas regiões agrárias. Ultimamente, os camponeses têm radicalizado seu protesto, tomando com reféns vereadores dos municípios, por exemplo.

As ruas de La Paz se tornaram cenário de numerosas marchas de organizações contra a lei-mordaza, que conspira contra a liberdade de informação.

A escassez de gás em Potosi motivou greves de fome, marchas de protesto e repúdio ao mal governo.

O Chapare voltou a arder e o fogo passará aos Yungas no próximo ano (o motivo não é outro que as perseguições

brutais aos cocaleros).

Aumentam as ações populares, nos marcos da ação direta de massa, buscando impedir que avance a miséria extrema e que se produzam novas demissões massivas etc.

Como era de se esperar, a nova mobilização massiva começa a caminhar sem esperar que as direções sindicais mais elevadas fossem reajustadas, correspondendo afirmar novas direções trabalhistas desde as bases.

O fundamental está em consolidar os órgãos de poder que surjam no calor da luta, converter os cabildos abertos em organismos permanentes, de uso frequente pelas massas radicalizadas, generalizar a democracia direta tradicional em oposição à representativa.

Como se vê, já aparece no horizonte uma nova convulsão social e a experiência nos ensina que a vitória se encarna em um partido operário revolucionário poderoso, diretamente soldado com as massas e movendo-se no marco do centralismo democrático.

Reivindicações que devem se impor como objetivo central

A finalidade da luta das massas não é outra senão a materialização da finalidade estratégica, que se alcança no combate diário pela conquista das necessidades cotidianas. Isso exige que a resposta às necessidades imediatas adquira o caráter de transitórias, isso por que o combate pela sua materialização deve projetar as massas, partindo de sua situação e grau de politização atuais, para a conquista do poder. É necessário unir reforma com revolução. Citamos os objetivos de luta mais importantes:

- A tática obrigatória é a frente anti-imperialista (unidade da nação oprimida pelo imperialismo, sob a direção da política operária).

- O eixo fundamental da frente anti-imperialista é a aliança operário-camponesa, que se dará na luta diária e não como um compromisso formal.

- Salário mínimo vital com escala móvel reajustado de acordo com os preços das mercadorias. Imediatamente!

- Escala móvel das horas de trabalho, sem diminuição dos salários, com referência ao número de desempregados.

- Estatização das empresas e dos re-

ursos naturais que estão nas mãos das multinacionais e dos empresários em geral, para que passem às mãos do Estado Operário e do controle operário coletivo que normatize seu funcionamento.

- As nacionalidades nativas devem recuperar toda a terra e estruturar-se politicamente em Estados soberanos.

- Impor no país o livre cultivo, comercialização e industrialização da folha de coca. A industrialização supõe o direito de converter a coca na cocaína (frisar que o álcool, o tabaco etc são mais daninhos que a cocaína). A droga é criatura do capitalismo.

- Seguro social universal, pago pelo Estado e os capitalistas. Os assegurados devem ter o encargo de sua administração.

- Controle operário coletivo em todas as empresas.

- Desconhecimento da dívida externa e dos acordos internacionais assinados pelo governo burguês.

- Ganhar o melhor das Forças Armadas e da polícia para o programa da revolução proletária. Assim se resolverá o problema das armas para a nação oprimida pelo imperialismo.

- Incorporar as mulheres ao exército revolucionário, em cujo seio deve implantar-se sua emancipação e sua igualdade com o homem.

- O fundamental da educação é a unidade entre prática e teoria na produção social. Defesa da escola pública e gratuita.

- Defesa da autonomia universitária, do co-governo paritário docente-estudantil, do poder estudantil, que significa a aplicação da política proletária no campo da educação.

- Extinção das escolas, colégios e universidades privadas, por serem contrárias à política operária e por responder aos interesses burgueses e governamentais.

- Estruturação das direções dos sindicatos e das organizações populares a partir das bases. Centralização de todo o movimento popular sob a direção única.

- Os governos municipais devem estar submetidos às massas, através dos cabildos, que devem converter-se na autoridade máxima dos municípios.

- O método de luta fundamental é a ação direta das massas, ao qual devem submeter-se os outros métodos, em caso de os utilizar.